

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Como a ICOLABORA trata dados pessoais em seu site, nas relações corporativas e na prestação de soluções tecnológicas.

Campo	Informação
Controladora	IC CONSULTING ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS LTDA.
CNPJ	08.086.685/0001-42
Versão	Julho de 2026
Canal de privacidade	dpo@icolabora.com

1. Quem somos

A IC CONSULTING ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS LTDA., que utiliza a marca ICOLABORA, é uma empresa brasileira especializada no desenvolvimento e licenciamento de softwares customizáveis, automação de processos, consultoria e plataformas com inteligência artificial, oferecendo soluções que se adaptam às necessidades de cada cliente.

Razão social: IC CONSULTING ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS LTDA.

CNPJ: 08.086.685/0001-42

Endereço: Avenida Doutor Chucri Zaidan, 1550, Conjunto 2515, Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP 04711-130.

2. Escopo desta Política

Esta Política explica como tratamos dados pessoais no site institucional, nas relações com clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores e na prestação de plataformas, aplicações, integrações, automações e serviços tecnológicos.

Esses dados podem pertencer a pessoas que utilizam nossas plataformas de automação ou que, de alguma forma, estejam envolvidas nos projetos, serviços ou operações realizados pela ICOLABORA.

Ao realizar esse tratamento, atuamos como agentes de tratamento de dados pessoais, observando as normas da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Avisos específicos, contratos ou instruções do cliente podem complementar esta Política. Quando tratamos dados em nome de um cliente, a política de privacidade e as decisões de nossos clientes controladores também se aplicam.

3. Nossos papéis no tratamento

3.1 Quando atuamos como controlador de dados

Atuamos como controladora quando definimos as finalidades e os elementos essenciais do tratamento, especialmente na administração de colaboradores, acessos físicos e digitais, relações comerciais, fornecedores, segurança corporativa, cumprimento de obrigações e atendimento de comunicações encaminhadas aos nossos canais oficiais.

3.2 Quando atuamos como operador de dados

Nas soluções implementadas para clientes, atuamos predominantemente como operadora. Nessa condição, tratamos dados em nome do cliente controlador e de acordo com suas instruções, com as diretrizes contratuais, com a configuração do projeto e com a legislação aplicável.

Solicitações relacionadas a operações controladas por um controlador com quem possuímos relação contratual poderão ser encaminhadas a esse cliente para análise e atendimento.

4. Dados tratados e finalidades

4.1. Site institucional

Se o visitante nos enviar uma mensagem, poderemos tratar nome, endereço de e-mail, empresa, cargo, telefone eventualmente informado e o conteúdo da comunicação para responder ao contato, avaliar uma oportunidade comercial e manter o histórico do relacionamento.

Além disso, a infraestrutura de hospedagem poderá gerar registros técnicos de acesso, caso os logs estejam habilitados, como endereço IP, data e hora, recurso solicitado e informações técnicas do navegador. Esses registros são usados para segurança, disponibilidade, diagnóstico e prevenção de abuso, e não para publicidade comportamental.

4.2. Relações comerciais e fornecedores

Podemos tratar dados de representantes, profissionais e contatos, como nome, cargo, empresa, telefone, e-mail, comunicações, propostas e registros contratuais, para negociação, contratação, gestão do relacionamento, suporte, faturamento, cumprimento de obrigações e exercício de direitos.

4.3. Colaboradores e prestadores

Tratamos dados cadastrais, documentos de identificação, informações profissionais, financeiras, contratuais, trabalhistas e registros de acesso para recrutamento, contratação, administração do vínculo, pagamentos, benefícios, cumprimento de obrigações legais e controle de acessos a ambientes físicos e digitais.

Quando necessário e juridicamente permitido, poderão ser tratados dados sensíveis, incluindo biometria para autenticação ou controle de acesso, dados de saúde e outras informações exigidas pela legislação ou pela gestão do vínculo.

4.4. Soluções e operações de clientes

Conforme o projeto, podemos tratar, em nome do cliente controlador: dados cadastrais e de contato; documentos e contratos; gravações de voz; conversas de aplicativos de mensageria e *chats*; reclamações; registros de atendimento; dados técnicos e de autenticação; evidências; dados financeiros; e outras informações necessárias à operação contratada.

As categorias, finalidades, bases legais e prazos de retenção dessas operações são determinados pelo cliente controlador, observadas as diretrizes contratuais bem como as disposições legais.

5. Dados sensíveis e dados de crianças e adolescentes

A natureza customizável das soluções permite que determinados projetos possam envolver dados pessoais sensíveis. Esse tratamento dependerá do escopo definido pelo controlador, da necessidade da operação e de uma hipótese legal adequada, sem o prejuízo da adoção de salvaguardas adicionais.

As soluções atualmente em utilização tratam exclusivamente de dados pessoais de pessoas maiores de 18 anos, sendo o uso provável e o acesso ao site institucional direcionados a esse público. Se um projeto vier a tratar dados de menores ou for orientado para esse grupo, serão adotadas medidas específicas de privacidade e segurança, observando o melhor interesse, a LGPD, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente e as instruções do controlador.

6. Bases legais

Quando atuamos como controladora, utilizamos as hipóteses legais adequadas a cada finalidade, que podem incluir:

1. execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato;
2. cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
3. exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
4. legítimo interesse, após avaliação de finalidade, necessidade e impacto aos titulares;
5. consentimento, quando essa for a hipótese adequada e o tratamento permitir manifestação livre, informada e inequívoca;
6. prevenção à fraude e segurança do titular em processos de identificação e autenticação, quando aplicável a dados sensíveis;
7. outras hipóteses previstas nos arts. 7º e 11 da LGPD.

Quando atuamos na condição como operadora, o cliente controlador é responsável por definir e documentar a base legal aplicável ao tratamento, que será observada em todo decorrer da realização dos serviços.

7. Compartilhamento e suboperadores

Podemos compartilhar dados, no limite necessário, com empresas que apoiam hospedagem, armazenamento, infraestrutura, comunicação, segurança, suporte, integração e inteligência artificial; com assessores e prestadores profissionais; com autoridades, quando exigido; e com clientes controladores das operações.

A ICOLABORA poderá utilizar fornecedores e prestadores de serviços de infraestrutura e computação em nuvem, armazenamento, processamento de dados, comunicação, segurança, suporte técnico, integração de sistemas e inteligência artificial, conforme a arquitetura e as necessidades de cada projeto. A utilização desses serviços observará as configurações aplicáveis, as obrigações contratuais, as instruções do cliente controlador e a legislação de proteção de dados.

Exigimos que fornecedores e suboperadores adotem obrigações de confidencialidade, segurança e proteção de dados compatíveis com o serviço prestado. Não realizamos qualquer comercialização de dados pessoais.

8. Transferências internacionais

Alguns provedores de aplicações ou serviços podem possuir infraestrutura, suporte ou empresas do grupo localizados fora do território nacional. Por isso, dados pessoais podem ser transferidos ou acessados internacionalmente, dependendo da região configurada e do serviço contratado.

Adotamos os mecanismos previstos na LGPD e na Resolução CD/ANPD nº 19/2024, conforme aplicável, incluindo cláusulas-padrão contratuais, cláusulas específicas aprovadas, normas corporativas globais, decisões de adequação ou outras hipóteses legais.

9. Inteligência artificial e decisões automatizadas

Nossas soluções podem utilizar ferramentas de IA para analisar, classificar, recomendar, responder ou executar tarefas dentro dos limites definidos no projeto. Os modelos, provedores, dados de entrada, controles e níveis de supervisão dependerão da solução contratada.

A ICOLABORA não utiliza dados de clientes para treinar seus próprios modelos. O uso de provedores externos é configurado e contratado de acordo com a finalidade do projeto e as instruções do controlador, com medidas destinadas a evitar uso incompatível dos dados.

Quando a ICOLABORA for controladora de decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete interesses do titular, será possível solicitar revisão e informações sobre critérios e procedimentos, observados os segredos comercial e industrial. Quando atuamos como operadora, a solicitação será direcionada ao cliente controlador.

As soluções são projetadas para permitir supervisão humana em contextos relevantes, conforme a configuração e as responsabilidades definidas com o cliente.

10. Retenção e eliminação

Mantemos dados pessoais pelo período necessário às finalidades informadas, às obrigações legais e contratuais, à segurança, à auditoria e ao exercício regular de direitos.

Nas operações de clientes, os prazos e procedimentos de devolução, eliminação ou anonimização seguem as instruções do controlador e o contrato. Alguns registros poderão ser preservados quando houver obrigação legal, ordem de autoridade, investigação, prevenção à fraude ou necessidade de defesa de direitos.

11. Segurança e incidentes

Adotamos medidas técnicas e organizacionais proporcionais aos riscos, incluindo controles de acesso, segregação de ambientes e responsabilidades, mecanismos de autenticação, criptografia quando aplicável, registros e monitoramento, gestão de vulnerabilidades, desenvolvimento seguro, resposta a incidentes e treinamento.

Se ocorrer incidente que possa acarretar risco ou dano relevante, o controlador responsável avaliará as comunicações à Agência Nacional de Proteção de Dados e aos titulares nos termos da legislação e da Resolução CD/ANPD nº 15/2024. Quando atuarmos como operadora, comunicaremos o cliente controlador conforme o contrato e o procedimento aplicável.

Nenhum ambiente é completamente imune a riscos. Por isso, revisamos continuamente nossos controles e procedimentos.

12. Direitos dos titulares

Nos termos da LGPD, o titular pode solicitar, conforme aplicável: confirmação de tratamento; acesso; correção; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade; portabilidade; informações sobre compartilhamento; eliminação de dados tratados com consentimento; informação sobre a possibilidade de não consentir; revogação do consentimento; oposição; e revisão de decisões automatizadas.

Poderemos solicitar informações para confirmar a identidade e proteger o titular e terceiros. Se o pedido estiver relacionado a uma operação em que atuamos como operadora, encaminharemos ou orientaremos o contato com o cliente controlador.

13. Como exercer direitos e falar conosco

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais: André Porto Faruoli de Brito

E-mail: dpo@icolabora.com

Endereço: Avenida Doutor Chucri Zaidan, 1550, sala 2515, Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP 04711-130.

14. Atualizações desta Política

Esta Política poderá ser atualizada para refletir alterações legais, regulatórias, tecnológicas, contratuais ou operacionais. A versão vigente e a data da última atualização serão publicadas no site institucional.

Última atualização: julho de 2026.

Referências normativas principais

Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), quando aplicável; Resoluções CD/ANPD nº 15/2024, nº 18/2024 e nº 19/2024; e Lei nº 15.211/2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), quando aplicável.